

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço
Site: www.uchoademendonca.jor.br

/// O sistema tributário brasileiro tem hoje 68 obrigações fiscais e parafiscais e agora o empresário terá que pagar para cumprir a lei da nota fiscal

Empresário sofre

Não existe nada mais indecente, imoral, cruel, ignóbil, do que o sistema tributário e fiscal brasileiro. O empresário, do micro ao grande, suporta hoje 68 obrigações fiscais e parafiscais, e mais de 300 multas tributárias, fora outro paraíso de burocracias municipais onde cada fiscal de plantão pode fechar uma empresa apenas com um auto de apreensão de mercadoria ou por exigência sanitária, inteiramente descabida, num país onde o governo deixa doentes sucumbirem embaixo das marquises dos hospitais.

Não sei se por amor ou ódio, o governo brasileiro impôs, do mais humilde ao grande empresário, que todos seus serviços, a começar pelo controle de estoques, sejam informatizados, com a compra de computadores conectados à internet. Modernizar o sistema empresarial de uma Nação com perto de 80% da população desprovida de conhecimentos básicos do ensino primário é um acinte à natureza humana.

Pois muito bem! A par-



tir do dia 10 de junho, o empresário tem que cumprir o que estabelece a Lei 12.741, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em dezembro do ano passado, que obriga todas as empresas brasileiras a detalharem os impostos federais, estaduais e municipais que incidirem sobre produtos e serviços nas notas fiscais emitidas ao consumidor.

Com a nova lei, passarão a constar na nota fiscal impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Foram vetados os dispositivos que obrigavam a discriminar em nota o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL). As informações deverão constar em documentos fiscais ou equivalentes, como explica a informação publicada na revista da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Todos esforços foram feitos pela CNC para que a lei não fosse sancionada pela presidente Dilma, em virtude dos graves problemas que adviriam para os comerciantes que, afinal, terão que pagar pela inclusão de tais obrigações.

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simo@ufes.br

/// Não se deve fazer média com a “nova classe média”, inclusive porque é enorme a diferenciação de renda (e de vida) das famílias

Qual classe média?

Como interpretar que a “classe média” no Espírito Santo é formada por 2 milhões de pessoas? Consideremos duas famílias de três pessoas. Uma com renda mensal total de R\$ 873, pouco mais de 1 salário mínimo (SM). Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), os seus três integrantes pertencem ao limite inferior da “classe média”, com renda pessoal de R\$ 291. Concorda?

Passemos a outra família. Seus integrantes estão no topo dessa classe: a renda mensal atingir R\$ 3.057 – 4,5 SM. Surge uma pergunta comum às famílias: só a renda, e nos limites usados, expressa o que é estar na classe média? Em 2012, 52% da população brasileira compunham a “classe média” oficial; no Estado, ela alcançava 57% da população, sendo que as classes alta e baixa se aproximavam de 22%. A classe média tradicional passou para a “classe alta”.

Essa formulação repercute na política e na sociedade. A presidenta Dilma, afirmou: “Nós queremos um Brasil classe média” (Financial Times, outubro 2012). Já aqui no Estado, a ênfase principal se dá nas mudanças no consumo.

Para o idealizador da passagem da “classe C” para a “nova classe média”, com limites de renda diferentes, o economista Marcelo Neri, ex-diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, e atual ministro da SAE, “desde o começo a gente não está falando de classes sociais, mas de classes econômicas”. Diz ele que “não olhamos só a renda”, na medida em que “há melhorias em indicadores de educação e, principalmente, de trabalho”. O grande símbolo da “nova classe média” “não é o celular nem o cartão de crédito, mas a carteira assinada”.

Sintetizo duas críticas às visões da “classe média”, tanto a “nova” quanto a “oficial”. O economista Marcio Pochmann, ex-Ipea, identifica uma mobilidade social decorrente de três fatores: mercado de trabalho – com expansão de empregos de baixa renda (até 1,5 SM), – aumento real do SM e transferência de renda.

Mas o “grosso da população emergente” amplia as “classes populares assentadas no trabalho” – divergindo da classe média.

O sociólogo Jessé Souza fala em “nova classe trabalhadora precarizada”. Dista da clássica classe média devido ao seu baixo “capital cultural”. Ambos os críticos deslocam a tônica da renda – consumo para o trabalho – precário.

Não se deve fazer média com a “nova classe média”, inclusive porque é enorme a diferenciação de renda (e de vida) das famílias.

Evandro Milet

Ex-gestor público federal, estadual e municipal

/// A ideia de que o governo é mais capaz de fazer as coisas do que a área privada está morrendo de inanição

O gestor público e o crescimento do anão

Conta-se que um novo gestor público, recém-eleito, recebeu do seu antecessor três cartas para serem abertas sucessivamente nas três primeiras crises que enfrentasse. Na primeira crise, aberta a primeira carta estava lá: “Culpe a administração anterior”. Resolvido o problema com a atitude tomada, seguiu-se o governo até que ocorreu a segunda crise. Corre-se para abrir o segundo envelope onde está: “Mude o organograma e tro-

que as pessoas”. Sanada a segunda crise, passado mais um tempo, ocorre a terceira. Rapidamente recorre-se à terceira carta que diz: “Escreva três cartas”.

Artigos recentes de José Luiz Orrico e Bruno Negris neste espaço apontam as dificuldades por que passam os gestores públicos sérios, muitos dedicando sua vida a uma causa e sofrendo as vicissitudes dos cargos. A sensação é muitas vezes a mesma de subir uma ladeira

numa bicicleta de marchas quando se pedala furiosamente para subir devagarinho, desviando de buracos que aparecem de repente como num videogame. O ex-ministro Pedro Malan já constatava essa dificuldade ao dizer que no Brasil até o passado é imprevisível.

Dadas as dificuldades, louve-se o gestor público que consegue fazer o que tem que ser feito e ainda sair limpo. Na intenção de controlar a corrupção e a má administração, a legislação e os órgãos de controle acabam criando um sistema onde o gestor público muitas vezes evita ou posterga alguma ação com medo das consequências. Novas instâncias burocráticas são criadas e o nonsense às vezes acaba imperando. Aliás, o ex-ministro Delfim Netto já

dizia que quando o governo toma conta do circo o anão começa a crescer.

O fato é que está cada vez mais claro, em todos os níveis de governo e em todos os matizes ideológicos, que a ideia antiga no Brasil de que o governo é mais capaz de fazer as coisas do que a área privada está morrendo de inanição. Parcerias público-privadas, concessões e privatizações são a regra, aliadas a uma estrutura de agências reguladoras para fiscalização.

Os governos já têm muito o que fazer na saúde, educação, segurança e outras áreas mais de sua alçada. Talvez assim fique mais fácil cumprir as palavras de Aparício Torelly, o Barão de Itararé, que dizia que o Brasil é feito por nós e que precisamos desatar esses nós.